

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2017



CODEBA
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Mensagem do Conselho de Administração

A Companhia das Docas do Estado da Bahia iniciou em 2017 um intenso movimento de adaptação a Lei 13.303/2016. A partir do novo Estatuto Social aprovado em 06/11/2017, há uma sinergia interna para elaboração de um novo regimento interno, criação da área de gestão de riscos e conformidade e da elaboração das políticas da Companhia, dentre outras iniciativas. Em estágio inicial também destaca-se a elaboração e execução de um planejamento estratégico e plano de negócios estruturados em conformidade com os planos setoriais desenvolvidos pelo Governo Federal e com a nova legislação.

O Conselho de Administração que aqui subscreve iniciou suas atividades em abril/2017, cujos membros atendem aos requisitos e vedações previstos na Lei das Estatais. A atuação segue pautada na transparência, na proteção do interesse público e em temas relevantes para o crescimento da Companhia. Em sua agenda estão sempre presentes o fortalecimento das estruturas de governança e da atuação da Codeba no mercado.

Nesta Carta estão presentes os resultados de um esforço conjunto com a Diretoria Executiva para ofertar serviços portuários com mais qualidade e contribuir com o crescimento econômico do país. As transformações em curso resultarão, em breve, em uma atuação mais eficiente e mais alinhada com as boas práticas de gestão preconizadas pela Lei das Estatais.

Assim, em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

Reginaldo Roberto Albuquerque de Sá
Presidente do Conselho de Administração da CODEBA

Rondon Brandão do Vale
Presidente da CODEBA

Data de divulgação: maio 2018

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, com o artigo 13º, incisos I, III e VIII, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF 14.372.148/0001-61	NIRE 29300003832
Sede: Av. da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, Comércio, CEP 40.010-000 Salvador - Bahia. Telefones: (71) 3320-1212/(71) 3320-1232.	
Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista	
Acionista controlador: União Federal	
Tipo societário: sociedade por ações	
Tipo de capital: capital fechado	
Abrangência de atuação: Nacional e Internacional	
Sector de Atuação: Administração da Infraestrutura, Exploração e Gestão Portuária.	

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira:	Erianísio dos Anjos Borges, telefone: (71) 3320-1234 e-mail: erianisio.borges@codeba.com.br
Auditores independentes:	AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S, e-mail: audimec@audimec.com.br , telefone: (81) 3338-3525 – Responsável Técnico: Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira – Contrato: 04/05/2016 A 04/05/2018

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	
Reginaldo Roberto Albuquerque de Sá	CPF: 197.116.382-15 reginal.sa@agu.gov.br
Augusto César Carvalho Barbosa de Souza	CPF: 766.352.284-20 augusto.c.souza@transportes.gov.br
Patrícia Brito de Ávila	CPF: 580.147.485-49 patricia.avila@planejamento.gov.br
Osvaldo Campos Magalhães	CPF: 167.428.855-72 nelt.oscip@gmail.com.br
Tania Regina Gomes dos Santos	CPF: 140.560.705-04 taniagomes@codeba.com.br
Cicero de Andrade Rocha Filho	CPF: 337.853.255-68 cicero.rochafilho@pge.ba.gov.br
Cleidemário Luiz de Souza	CPF: 359.026.041-68 cleidemario.souza@transportes.gov.br

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa :	
Rondon Brandão do Vale	CPF: 018.595.925-91 Diretor Presidente
Erianísio dos Anjos Borges	CPF: 039.110.305-53 Diretor de Gestão Administrativa e Financeira
Carlos Henrique Tabuada Silva	CPF: 141.343.145-34 Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária
Marise Prado de Oliveira Chastinet	CPF: 311.991.435-53 Diretora de Gestão Comercial e de Desenvolvimento

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da CODEBA subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, foi mantido o valor de R\$ 277.553.624 (duzentos e setenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais), o mesmo montante aprovado na Assembleia Geral Extraordinária para o exercício de 2015, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 98,36% das ações e o Governo do Estado da Bahia com 1,64%.

INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA foi constituída através da Seção Pública realizada com a Assembleia Geral dos Acionistas em 17 de fevereiro de 1977, cuja Ata de Constituição foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 16 de março 1977, passando a se tornar uma sociedade de economia mista por ações, incorporando, a partir desta data os portos de Salvador, Ilhéus e Aratu-Candeias, todos até então com autonomia própria, mas, sob fiscalização e orientação dos órgãos do Governo Federal, na época, Ministério dos Transportes.

A CODEBA tem como objetivo social, por delegação do Governo Federal, exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Bahia através da exploração e gestão da infraestrutura dos portos públicos localizados no Estado da Bahia. Participa ainda com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais, incluindo o setor privado em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. No setor privado através de concessão as empresas privadas para execução dos serviços na atividade da logística no modal terrestre e marítimo, tais como arrendamento de áreas no porto organizado, atracação de navios, movimentação de carga, armazenagem, sistema de transporte interno entre outras atividades.

A CODEBA exerce um importante papel na economia do Estado da Bahia, uma vez que o complexo portuário baiano movimenta em torno de 35 milhões de toneladas por ano, alcançando o melhor patamar entre os terminais portuários localizados nas regiões norte e nordeste no que se refere ao desempenho da balança comercial e corrente de comércio.

O aspecto econômico é um dos interesses subjacentes às atividades exercidas pela Autoridade Portuária. A CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado Bahia, tendo em vista o impacto que a atividade portuária tem na economia local. Nesse contexto, há o reflexo e o destaque que os portos possuem no desenvolvimento do país e na sua importância para o comércio externo e na economia nacional.

Outro aspecto atrelado às políticas é o social. Nesse aspecto as atividades exercidas pela Companhia tem o objetivo de promover a concorrência no setor portuário local, permitindo a formação de preços mais baixos e o atendimento de clientes de menor porte, não abrangidos pelos Terminais de Uso Privativos. A razão de ser da CODEBA está baseada na possibilidade de extrair do patrimônio público (instalações portuárias), por ela administrado, o uso mais benéfico para toda a sociedade.

A CODEBA, está investida, por delegação legal, como Autoridade Portuária no Estado da Bahia. Tal como todas as demais empresas estatais, a CODEBA está submetida ao que determina a Lei 13.303/2016, denominada “Lei das Estatais”.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o advento da Lei 12.815/2013, Artigo 16, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e suas instalações, bem como as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, foram direcionados ao poder concedente, a elaboração e planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada. Para coleta dessas informações a Autoridade Portuária fica responsabilizada de elaborar e submeter à Secretaria Nacional de Portos da Presidência da República-SNP/PR- o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZ).

O Decreto 8.033/2013, Art. 17, regulamenta que também caberá ao poder concedente (SNP/PR) elaborar o plano geral de outorgas do setor portuário, disciplinando conteúdo, forma e periodicidade de atualização dos planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos.

Por fim, a Portaria SEP/PR nº 03/2014, estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - PNLP, Planos Mestres, PDZ e PGO.

Dentre o estabelecido pelas legislações supracitadas, em especial pela Portaria SEP/PR nº 03/2014, foi regulamentado a compatibilização do planejamento nacional, a cargo da SNP, por meio do Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, dos Planos Mestres e do Plano Geral de Outorgas (PGO). O planejamento local, de responsabilidade das autoridades portuárias, é feito através do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). Dessa forma, a SNP consolidou as bases para longo prazo e de forma integrada com o objetivo de tornar perene o processo de planejamento do setor portuário brasileiro. A seguir estão descritos os principais objetivos dos instrumentos de planejamento:

- Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)

É um instrumento de Estado de Planejamento Estratégico do setor portuário nacional, que visa identificar vocações dos diversos portos, conforme o conjunto de suas áreas de influência, definindo cenários de curto, médio e longo prazo com alternativas de intervenção na infraestrutura e nos sistemas de gestão.

- Visa identificar vocações dos diversos clusters portuários.
- Monitora anualmente 33 indicadores de desempenho.
- Acompanha 58 ações estratégicas.

São objetivos estratégicos de logística nacional 2015 a 2018:



I. Plano Mestre

É um instrumento de planejamento voltado à unidade portuária, com base no PNLN.

II. Plano Geral de Outorgas (PGO)

É um instrumento de planejamento para outorgas de portos ou TUPs visando políticas de arrendamento, concessão, autorização e delegação.

III. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ)

É um instrumento de Planejamento Operacional da Administração Portuária que visa compatibilizar as políticas municipais e estaduais de desenvolvimento urbano com a otimização das áreas do porto.

PAPEL DA CODEBA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO

O objetivo social da Companhia é representado por meio de sua Missão, que é a de “disponibilizar, administrar a infraestrutura e serviços portuários, com eficiência e responsabilidade patrimonial, social e ambiental”. Nesse contexto, a CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, exercendo sua função de Autoridade Portuária sempre atrelada ao interesse público, de forma a apoiar as seguintes políticas públicas:

- Desenvolvimento do Turismo local através de seu Terminal Marítimo de Passageiros;
- Fortalecimento do Desenvolvimento do Estado na cadeia produtiva de Químicos e Petroquímicos;
- Desenvolvimento econômico do país, na sua importância para o comércio externo e para a economia nacional.

Em atendimento às políticas públicas, a CODEBA com as empresas arrendatárias/usuárias do porto, desenvolve as seguintes atividades:

- instalação de novo sistema para descarga de grãos no Porto de Salvador com a redução substancial de resíduos e particulados no ar;
- ampliação do Terminal de Contêineres -Tecon Salvador-(as obras serão iniciadas ainda este ano);
- ampliação do píer do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu - Candeias, com a construção de 2 novos “berços”- foi firmado um memorial de entendimentos com a Brasken, Vopak e Grupo Ultra, para viabilizar as providências necessárias para que seja levada a proposta ao poder concedente (Secretaria Nacional de Portos);
- recuperação dos equipamentos de Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu – Candeias - em andamento;
- recuperação da pavimentação asfáltica do sistema viário interno do Porto de Aratu – Candeias - uma parte foi realizada em 2016 e o restante será licitado este ano;
- recuperação das estruturas de concreto armado do Pier I do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu – Candeias - em execução;
- recuperação das estruturas de concreto armado do Pier II do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu –Candeias - em execução;
- recuperação das estruturas de concreto armado do Pier II do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu – Candeias -a ser licitada até julho deste ano;
- instalação de novas tubovias no Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu, para possibilitar maior vazão e agilidade no carregamento/descarregamento dos navios;
- instalação de modernas defensas tronco-cônicas no Pier do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu – Candeias - as defensas já foram adquiridas e a licitação da instalação será realizada no próximo mês de maio;
- realocação da cerca da área alfandegada e instalação de novas cercas para evitar animais nas vias rodoviárias de acesso ao Porto de Aratu-Candeias - em execução;
- projeto de dragagem de aprofundamento(-12,00m) dos canais de acesso , bacia de evolução e “berço” do Porto de Ilhéus – o processo para o licenciamento ambiental será realizado com brevidade;
- arrendamento do Moinho localizado no Porto de Ilhéus - em negociação com a Prefeitura do Município para obtenção de área contígua ao Porto em troca de antigo armazém no centro da cidade- assunto ainda em estudo com avaliações imobiliárias e jurídicas a serem realizadas.

Desta forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CODEBA trabalha no desenvolvimento de atividades alinhadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social.

ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A CODEBA tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, atuando no complexo portuário da Baía de Todos os Santos, administrando os portos públicos e, concomitantemente, exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária por atribuição

disposta na Lei 12.815/13, no que tange a manutenção e o controle do canal de acesso a navegação dos navios que se destinam aos terminais de uso privado.

Nesse contexto, oferta serviços de infraestrutura marítima e terrestre; de acostagem, de armazenagem, dentre outros.

Os principais serviços ofertados pelos portos administrados pela CODEBA e sua relação com a receita e o lucro da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

SERVIÇOS/SEGMENTO	RECEITA BRUTA POR SEGMENTO
Fat. Patrim. Area Coberta	R\$ 6.608.795,95
Fat. Patrim. Area Descoberta	R\$ 12.388.013,47
Marítima	R\$ 48.097.542,50
Acostagem	R\$ 5.300.884,47
Terrestre	R\$ 55.460.649,35
Armazenagem	R\$ 4.069.732,33
Equipamentos portuários	R\$ 5.525.988,36
Diversos	R\$ 4.866.940,55
TOTAL	R\$ 142.318.546,98

Receita Bruta do Segmento : R\$ 142.318.546,98

Receita Líquida do Segmento : R\$ 124.902.974,04

Receita total da empresa	R\$ 153.401.060,27
Receita líquida proveniente do segmento	R\$ 124.902.974,04
Participação do segmento na receita líquida total	81,42%
Lucro líquido total empresa:	R\$ 1.828.721,70

A CODEBA trabalha no desenvolvimento de atividades subordinadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social e às boas práticas de governança corporativa, de acordo com o Artigo 4º do Estatuto Social da CODEBA, aprovado em 06 de novembro de 2017, exercendo, dentre outras, sem exclusão de outros casos atribuídos em Lei e à administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto 9.048, de 10 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2.013, as seguintes atividades a seguir discriminadas:

- I - Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II - Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- III - Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- IV - Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- V - Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- VI - Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

- VII - Promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VIII - Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- IX - Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- X - Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- XI - Reportar infrações e representar perante a ANTAQ, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em Lei, em regulamento e nos contratos;
- XII - Adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- XIII - Prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- XIV - Estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e as jornadas de trabalho no cais de uso público;
- XV - Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- XVI - Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XVII - Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XVIII - Fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CODEBA;
- XIX - Elaborar, revisar e submeter à aprovação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
- XX - Estabelecer, se necessário, escritórios ou representações;
- XXI - Elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013;
- XXII - Estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- XXIII - Decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- XXIV - Explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- XXV - Exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.
- Parágrafo único. O disposto nos incisos IX e X do caput não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do § 3º do art. 17 da Lei nº 12.815/2013.

METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em atendimento aos objetivos de políticas públicas, a CODEBA traçou as seguintes metas:

I. METAS DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

AÇÃO	META/PORTO	DESCRIÇÃO	CUSTO (R\$)
143Q	Adequação de instalações de proteção e atracação de navios no Porto de Aratu (BA)	Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, quebramares, instalação de defensas e sinalização náutica.	2.500.346
143N	Dragagem e derrocagem no Porto de Aratu (BA)	Consiste em rebaixar o leito marinho da cota -12 para -15, dotando o porto de profundidades para atender as novas demandas operacionais. Aumentar a profundidade do leito marinho de modo a proporcionar o recebimento de navios de maior porte.	SEM ORÇAMENTO PARA 2018
143O	Adequação de instalações de proteção à atracação e operações de navios no Porto de Salvador	Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, quebramares, instalação de defensas e sinalização náutica.	8.000.000
143K	Adequação de instalações de acostarem e de movimentação e armazenagem de cargas do Porto de Ilhéus (BA)	Adequar as instalações de acostagem (cais, píeres, dársenas, dentre outros) e instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silios, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a estrutura portuária mais eficiente.	2.250.000
20HL	Estudo de Projetos para Infraestrutura Portuária	Estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, projetos básicos ou executivos de obras portuárias, bem como estudos de viabilidade econômica e para exigências legais. Realizar estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, bem como elaborar estudos de viabilidade econômica e para atendimento das exigências estabelecidas por lei.	1.250.000

AÇÃO	META/PORTO	DESCRIÇÃO	CUSTO (R\$)
20HM	Estudo para Planejamento do Setor Portuário	Elaboração de planos, projetos e estudos de impacto ambiental, de planos de recuperação de áreas degradadas, de processos de uniformização de licenciamento ambiental, de projetos básicos ou executivos de obras ou ações no setor portuário, de áreas não-operacionais e intervenções correlatas, além de estudos sobre os serviços portuários, logística, segurança, gestão e operação portuária, análise do fluxo de armazenagem e movimentação de cargas nos portos, fomento à navegação de cabotagem, infraestrutura e superestrutura dos portos, análise de desempenho, expansão de áreas portuárias com novos portos ou terminais e alternativas de inovação que permitam acompanhar a evolução das atividades portuárias. Realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental, sistemas de informação, logística, segurança, operação e expansão de área portuária.	350.843
4101	Manutenção e adequação de bens imóveis	Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado. Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.	3.000.000
4102	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado. Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	4.000.000
4103	Manutenção e adequação de ativos de informática e teleprocessamento	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado. Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	500.000

II. METAS DE GESTÃO

II.1. METAS DE DESEMPENHO PARA A ADMINISTRAÇÃO

Trata-se de metas para indicadores operacionais, de gestão e de meio ambiente, estabelecidos pela SNP/MTPAC, a serem alcançadas pela Companhia, e a cujo alcance está vinculada a bonificação anual dos Diretores. As metas para 2018 estão relacionadas abaixo.

Nível	Indicador RVA 2018	Diretoria	Unidade Med	Sinal	Meta	Objetivo
Corporativo (Estratégico)	RCA - Retorno s/Capital Ajustado	Administrativa Financeira	%	+	6,21	Garantir o desempenho econômico-financeiro
	OI - Execução do Orçamento de Investimento (exceto instituições financeiras)	Administrativa Financeira	%	+	50	Medir a capacidade de realização dos investimentos previstos com o objetivo de melhorar a infraestrutura da CODEBA.
	Eficiência Operacional	Administrativa Financeira	%	-	45,61	Medir o impacto financeiro das despesas e custos com pessoal
	Prancha diária de contêineres	Comercial e de Desenvolvimento	Ton/dia	+	850	Avaliar a produtividade do terminal e as necessidades de melhorias
	Movimento de carga	Comercial e de Desenvolvimento	Mil ton.	+	11850	Avaliar a produtividade do Terminal e as necessidades de melhorias
	Índice de desenvolvimento ambiental	Diretor Presidente	Nota	+	4,25	Avaliar o grau de atendimento às conformidades ambientais
	Tempo médio de estadia – Navios de Contêiner	Comercial e de Desenvolvimento	Dias/Navio	-	0,5	Avaliar a eficiência do terminal e as necessidades de melhorias
	Tempo médio de estadia – Demais navios	Comercial e de Desenvolvimento	Dias/Navio	-	3,9	Avaliar a eficiência do terminal e as necessidades de melhorias
Colegiado (Relacionamentos)	Avaliação da Diretoria Colegiada pelo Conselho de Administração (CGPAR)		Nota	+	8	Expressar por meio de um indicador claro, o nível de desempenho do conjunto de gestores da empresa
	Indicador de Conformidade do SEST		Nota	+	446	Avaliar o grau de tempestividade e qualidade das informações enviadas à SEST
Unidade de Negócios (Operacional)	Eficiência Administrativa	Administrativa Financeira	%	-	17,5	Medir o impacto financeiro das despesas administrativas (excluídas as de pessoal)
	Utilização da capacidade instalada	Infraestrutura Portuária	%	+	75,96	Avaliar o grau de ocupação e utilização da estrutura do Porto
	Manutenção do Calado Operacional	Infraestrutura Portuária	%	+	100	Avaliar se a infraestrutura disponível se adequa à especificação dos navios que atracam nos Portos Organizados.
	Crescimento da Movimentação de Cabotagem	Comercial e de Desenvolvimento	%	+	6	Avaliar o aumento da movimentação de carga nos Portos Organizados.
	Exploração de áreas não afetadas disponíveis	Comercial e de Desenvolvimento	%	+	12,32	Avaliar o grau de ocupação e utilização da estrutura do Porto.

RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As atividades desenvolvidas pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado, MMC – Movimentação Mínima e Sítio Padrão), oriundas dos arrendamentos de área e ainda, receitas de aplicações financeiras.

Para a realização de investimentos de grande porte na infraestrutura, a CODEBA conta com recursos da União, repassados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, contabilizados como créditos para aumento de capital. O quadro abaixo apresenta de forma detalhada qual é a origem dos recursos a serem empregados para execução das atividades alinhadas às políticas públicas:

Projeto	Processo	Contrato	Tipo	Valor empenhado/ executado (R\$)	Status
Recuperação da pavimentação asfáltica do sistema viário interno do Porto de Aratu – Candeias	115/2015	012/2016	Custeio	372.923 ,00	Uma parte foi realizada em 2016 e o restante será licitado este ano.
Recuperação das estruturas de concreto armado dos Pieres I e II do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu – Candeias.	49/2017	035/2017	Custeio	1.864.998	Contrato em andamento executado pela Rigel Construtora
Instalação de modernas defensas tronco-cônicas no Pier do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu –Candeias.	407/2016		Investimento	1.170.000	Adquirida no mês de novembro de 2017. A licitação da instalação está prevista para ser realizada ainda no primeiro semestre de 2018.
Realocação da cerca da área alfandegada e instalação de novas cercas para evitar animais nas vias rodoviárias de acesso ao Porto de Aratu-Candeias - em execução;	194/2017	001/2018	Custeio	572.991,00	Contrato em andamento executado pela Epta Construções
Recuperação dos equipamentos do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu – Candeias.	209/2017	006/2018	Custeio	7.070.000,00	Contrato em andamento. Está sendo executado pela Construtora Serv Electrin Ltda

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A empresa utiliza como variáveis para tomada de decisão que visem o atingimento das metas de políticas públicas:

a) Necessidade de recuperação nos portos sob administração da empresa, que resultem em aumento de receitas e na disponibilidade de caixa. Neste caso o indicador principal são o tempo desde as últimas inversões sob olhar das áreas internas de Gerenciamento.

Principal indicador: % de crescimento do faturamento.

b) Atendimento obrigatório às demandas dos órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle como: ANTAQ, Ministério do Trabalho e Emprego, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União.

Principal indicador: cumprimento dos prazos de atendimento às demandas.

c) Modernização dos procedimentos operacionais: inversões em projetos que possibilitem o crescimento do faturamento.

Principal indicador: % de crescimento do faturamento.

Além dos impactos positivos causados internamente na empresa, como: redução do tempo de operação, b) aumento da satisfação dos empregados c) geração maior de fluxo de caixa que permitem re-aplicar os recursos em investimentos de modernização operacional c) geração de receita para União com a provável distribuição de dividendos fruto dos lucros nos resultados da empresa, acreditamos que a “geração de novos empregos” indiretos constitui um dos principais indicadores de importância social gerados pelos investimentos da União na empresa.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O ano de 2017 passou por uma série de fatores estruturais em que a economia, tanto em nível nacional quanto global, ficou marcada por inúmeras dificuldades. Não obstante essa situação, a gestão dos portos públicos baianos administrados pela Companhia Docas do Estado da Bahia (CODEBA) foi conduzida de tal forma que conseguiu superar várias barreiras, desenvolvendo ações em conjunto com os seus parceiros, usuários dos portos de maneira que fechou o exercício com o melhor resultado operacional em sua história, com 11,9 milhões de toneladas movimentadas, 7,3% de crescimento em relação ao ano anterior, indicador bem superior à média nacional obtida entre os demais portos públicos do país neste mesmo período.

O recorde não ficou restrito tão somente a movimentação de carga. Em nível de receitas oriundas da exploração dos serviços portuários, aluguel e arrendamentos de áreas e aplicações financeiras a empresa superou também todos os resultados dos anos anteriores, mesmo considerando a ausência neste ano de reajustes nos valores da tarifa pelos serviços colocados a disposição dos usuários dos portos.

As ações contribuíram também para a manutenção do melhor patamar entre os terminais portuários localizados nas regiões norte e nordeste no que se refere ao desempenho da balança comercial e corrente de comércio, mesmo em momento de forte retração econômica.

Além das atribuições da Autoridade Portuária, a gestão da empresa voltou-se para o fortalecimento da relação com a sociedade onde os portos estão localizados, mantendo uma interação mais aprofundada sob os aspectos social-cultural e ambiental.

Focada na qualidade de vida dos funcionários e na população localizada nas regiões no entorno dos portos, em uma de suas principais ações sociais a CODEBA participou ativamente da campanha de mobilização de vacinação contra doenças transmissíveis a exemplo da dengue, zika, chikungunya e febre amarela e na disseminação de informações sobre outros tipos de doenças como o câncer de mama e de pele, AIDS, entre outras. A importância da parceria entre portos e sociedade, ao estabelecer um programa de monitoramento e controle, possibilitou um balanço muito positivo de ações promovidas na região dos portos e seu entorno.

Ações objetivando a eliminação de riscos ambientais, patrimoniais e condições inseguras, foram intensificadas através de treinamento, capacitação, conscientização e integração dos profissionais envolvidos neste setor visando garantir condições necessárias para instalações seguras, atuando com agilidade e precisão nas situações de emergência.

Nos investimentos em infraestrutura portuária destaque para as obras de :

- a) instalação de novo sistema para descarga de grãos, sem geração de resíduos no Porto de Salvador;
- b) recuperação dos equipamentos do Terminal de Granéis Sólidos; novas defensas trncônicas para o Píer de Líquidos, relocação da cerca da área alfandegada e cerca para impedir o acesso de animais às vias de acesso rodoviárias e recuperação das estruturas de concreto armado dos piers I e II do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias.

Nas áreas arrendadas vale ressaltar o investimento feito pela VOPAK no Porto de Aratu-Candeias para instalação de novas tubulações, de maior diâmetro, para possibilitar maior vazão na carga/descarga de navios.

Na área de Recursos Humanos, os empregados das áreas, administrativa e operacional, tiveram oportunidades de participar de inúmeros cursos de elevado gabarito, valendo destacar o de MBA Executivo em Gestão Portuária, além dos incentivos para que seus colaboradores participassem de seminários, palestras e conferências sobre os diversos assuntos voltados a legislação que controla a atividade portuária.

Os portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus fecharam o ano de 2017, somando 11,9 milhões de toneladas movimentadas, 7,3% acima da registrada em 2016, um incremento de 805 mil toneladas, se constituindo no melhor resultado alcançado pela empresa em toda sua história, um patamar bem acima da média nacional entre os portos públicos em 2017. Isoladamente, o Porto de Aratu-Candeias registrou um novo recorde anual na movimentação de carga, com 7,1 milhões de toneladas.

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Conforme previsto em seu Estatuto Social, as estruturas e mecanismos de controle a serem utilizadas para monitorar as atividades que serão desenvolvidas pela Companhia em atendimento às políticas públicas, no intuito de zelar pela transparência, completez e exatidão das informações aqui apresentadas são as seguintes:

- Comitê de Auditoria,
- Comitê de Elegibilidade
- Auditoria Interna,
- Comitê de integridade,

- Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos,

a) Quanto ao Gerenciamento de Riscos

A CODEBA possui, formalmente instituído, o Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, vinculado diretamente ao Diretor-Presidente que possui, dentre outras atribuições, verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos, e serviços da empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis. Com a implementação do Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, teremos a criação de setor específico para tratar do assunto;

A CODEBA possui o Regulamento da Política de Conformidade e Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, em sua 496ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2018.

A gestão de riscos na CODEBA tem como objetivo:

- integrar os processos e as informações relacionadas a riscos e controles, assegurando que os responsáveis pelas tomadas de decisão, em todos os níveis, tenham informações suficientes para que sejam identificadas as oportunidades de ganho e se reduza a probabilidade de impactos negativos;
- aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, aumentando o controle e reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;
- realizar atividades coordenadas para dirigir e controlar a Companhia no que se refere a riscos;
- mapear os riscos e adotar medidas visando evitar perdas;
- aprimorar a transparência e prestação de contas à sociedade;
- auxiliar a tomada de decisão com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos institucionais

As instâncias responsáveis pelo Sistema de Conformidade e Gestão de Riscos da CODEBA são:

- I – o Conselho de Administração;
- II – o Conselho Fiscal;
- III – a Diretoria Executiva;
- IV – o Diretor Presidente;
- V - o Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos;
- VI – os Gerentes de Unidade e Setores;
- VII- a Auditoria Interna;
- VIII - o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD).

b) Quanto ao Controle Interno

Em relação aos controles internos, para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a CODEBA possui a seguinte estrutura:

- Auditoria Interna
- Comitê de Integridade;
- Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.

- Auditoria Independente.

As práticas de controle interno são avaliadas pela Gerência de Auditoria Interna da CODEBA, dentro do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, refletindo diretamente nas atualizações dos normativos realizados pela Companhia, além de ajustes administrativos que buscam aprimorar as atividades executadas.

Equipe responsável pelo acompanhamento:

- 03 Analista Portuário – Especialidade Economista
- 01 Analista Portuário – Especialidade Contador
- 01 Técnica Portuária – Apoio Administrativo

O relatório dos auditores independentes relata deficiências cujas origens remontam à época de fundação da Companhia os quais repercutiram diretamente das demonstrações contábeis do exercício, quais sejam:

- Ressalva sobre Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O auditor independente tomou como base para ressalva a permissibilidade de baixa dos créditos vencidos previstos na legislação tributária, tal como disposto no parágrafo sétimo do artigo 9º da lei 9.430/96. Contudo, a administração da companhia considerou que o valor atual estimado é suficiente para cobertura de perdas, que corresponde a 18% do total dos créditos a receber e a 38% dos valores vencidos acima de 60 dias, considerando ainda que o percentual médio de inadimplência dos últimos 3 anos é de 10,2%.

Independente disso, a Companhia já vem procedendo em 2018 com a atualização contínua da posição dos créditos a receber, principalmente pela relevância dos valores já vencidos, na busca de evidências que justifiquem alteração dos saldos ou estimativas, tais como insolvência de clientes, natureza de contratos, existência de garantias, processos judiciais, dentre outros, de forma a representar a posição mais fidedigna possível de seus ativos.

- Ressalva inerente à Apropriação de Obras em Execução Paralisadas

Os registros de obras em execução, que já haviam constado em 2016 como nota de auditoria, referem-se a 2 obras com evidências de paralisação desde 2011 e 2013 no valor aproximado de R\$ 2,2 milhões.

Esses registros merecerão tratamento específico quando da finalização do trabalho de avaliação do nosso ativo imobilizado, que está em andamento, com prazo para conclusão até o mês de Julho/2018, fato que também está ligado a ressalva seguinte sobre ativo imobilizado.

- Ressalva acerca dos Critérios de Avaliação e de Reconhecimento do Ativo Imobilizado

A ressalva sobre esse ponto ocorreu pois em 2016 esse item já havia constado como nota no parecer de auditoria, tendo sido acordado que o processo de avaliação do ativo imobilizado estivesse finalizado em 2017, para que os efeitos estivessem evidenciados nos demonstrativos desse exercício.

Contudo, o processo só não foi finalizado em 2017 por razões que fugiram ao controle da administração, a exemplo dos atrasos no processo licitatório para contratação de empresa especializada para execução do trabalho. Além disso, o prazo concedido pela ANTAQ para finalização dessa mesma avaliação dos ativos é em julho de 2018.

- Ressalva sobre Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1

Essa ressalva relacionada ao plano de benefício do Portus, que já consta a alguns exercícios, refere-se ao déficit atuarial que não é reconhecido pela companhia, bem como ocorre também como objeto de ressalva em outras companhias docas. A CODEBA questiona judicialmente esses e outros valores cobrados pelo Portus, cuja totalidade das ações em 2017 somam aproximadamente R\$ 24 milhões. Essa posição da dívida é alterada em conjunto com o corpo jurídico interno, de acordo com o andamento judicial de cada processo.

FATORES DE RISCO

Os fatores de risco, que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODEBA, no tocante ao atingimento de políticas públicas são todos aqueles relacionados ao contexto interno e externo da empresa. Os principais fatores estão apresentados na tabela abaixo:

CONTEXTO INTERNO	CONTEXTO EXTERNO
Conformidade e Fiscalização - levantamento se a organização dispõe de normas de rotina e de emergência; políticas de tratamento e gerenciamento de riscos; cumprimento de normas; controles e fiscalizações internas.	Regulamentação – Aderência aos principais normativos legais externos
Recursos Humanos – Clima organizacional; quantitativo de pessoal, rotatividade de pessoal, carga de trabalho, segregação de funções; nível de qualificação.	Fornecedores – relação com os fornecedores, aplicação de multas e penalidades.
Tecnologia da Informação – segurança da informação; levantamento da não existência de sistemas informatizados; demanda interna por recursos de TI; definição de parâmetros mínimos de qualidade e eficiência dos serviços prestados pela TI.	Desastres – Incêndios; Inundações; Terrorismo; Vandalismo.
Controles físicos – de segurança do trabalho e patrimonial; de prevenção de	Imagem – Percepção da sociedade

acidentes, de emergência ambiental	
Clientes - Inadimplência de arrendatárias e de terminais privativos, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional; Possibilidade de uma parte significativa dos armadores transferirem suas cargas para terminais fora do porto organizado, provocando perda de receitas	Ambiente Cultural, Social e Político – Mudanças de governo
Cultura Organizacional – adaptação da cultura organizacional às mudanças no contexto interno.	
Econômicos - Disponibilidade financeiro-orçamentário	
Infraestrutura – manutenção e adequação de infraestrutura terrestre e marítima	
Jurídico – Contencioso trabalhista; Auto de infração e pagamento de multas.	

DADOS ECONÔMICOS FINANCEIROS E COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO

A CODEBA fechou o ano com resultados positivos. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, foi mantido o valor de R\$ 277.553.624 (duzentos e setenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais), o mesmo montante aprovado na Assembléia Geral Extraordinária para o exercício de 2015.

A receita bruta oriunda dos serviços de exploração e administração dos portos somou R\$ 123.322.379,14 (cento e vinte e três milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e quatorze centavos) superando o resultado do ano anterior em 1,3%. As receitas com alugueis e arrendamentos somaram R\$ 18.996.168,84 (dezoito milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), 13,1% de crescimento em relação a 2016, por conta dos reajustes previstos nos contratos com base nos índices oficiais do IGPM e IGP-DI, adicionadas a nova receita com o aluguel do Terminal de Passageiros.

No conjunto, as receitas somaram em 2017, R\$ 142.318.547,98 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), representando um crescimento de 2,7% quando comparado ao ano anterior, se constituindo, portanto, em um novo recorde alcançado pela empresa. Abatidas as saídas, deduções e provisões, o lucro líquido da empresa totalizou R\$ 1.828.721,70 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte e um real e setenta centavos). O resultado do exercício vai permitir em mais um ano, uma cota aos colaboradores a título de participação dos lucros, a qual está vinculada ao alcance de metas.

Indicadores Econômico Financeiros e Comentários sobre o Desempenho

1 - Disponibilidade

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	700	1.742
Bancos (a)	68.973.238	233.913
Aplicações financeiras (b)	87.451.112	85.532.746
Recursos Vinculados (c)	11.411.521	83.289.760
Total	167.836.572	169.058.161

O acréscimo de saldo bancário em 2017 justifica-se pela transferência da conta SIAFI para a conta de Banco do Brasil, em dezembro, dos recursos em posse da companhia para obras de ampliação do quebra mar do Porto de Salvador, no valor aproximado de R\$ 66 milhões, para devolução ao Tesouro via GRU em razão da suspensão do projeto.

Aplicação no BB Extramercado FAE regulamentada pela instrução CVM 409/2004 e resolução Bacen 3284/2005, CVM Renda Fixa.
Recursos provenientes da conta SIAFI parcial.

2 – Clientes / Contas a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber de clientes	20.774.591	15.852.435
Perdas estimadas em créditos	(3.757.537)	(3.757.537)
Total	17.017.054	12.094.898

<u>Status de vencimento</u>	<u>Valor</u>	<u>% da dívida</u>
A vencer em 2018	6.534.310	31,5%
Vencidos até 60 dias	4.358.691	21,0%
Vencidos de 60 a 180 dias	103.037	0,5%
Vencidos de 180 a 360 dias	603.876	2,9%
Vencidos Acima de 360 dias	9.174.676	44,2%
Total:	20.774.591	100,0%

As perdas estimadas registradas representam 38% dos créditos vencidos acima de 60 dias e 18% do total dos valores a receber de clientes.

Em 2017 o percentual de inadimplência foi de 13,3% da movimentação dos recebimentos, conforme quadro demonstrativo abaixo, que contempla também os três últimos exercícios, cuja média de inadimplência foi de 10,2%:

Exercício	Saldo Inicial	Inclusões	Recebimentos	% de recebim.	% de Inadimp.
2017	15.852.435	140.651.239	135.729.082	86,7%	13,3%
2016	18.892.052	136.867.870	139.907.488	89,8%	10,2%
2015	9.736.332	135.003.896	125.848.176	86,9%	13,1%
2014	8.720.976	124.265.869	123.250.513	92,7%	7,3%

3 – Créditos Tributários

Quadro demonstrativos dos créditos tributários:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de Renda	4.822.445	1.943.935
Contribuição Social	1.293.127	435.197
COFINS Retido na Fonte	327.931	481.085
PIS Retido na Fonte	71.051	93.377
Total	<u>6.514.556</u>	<u>2.953.594</u>

A companhia pagou nos meses de janeiro e fevereiro Imposto de Renda e Contribuição Social com base em estimativas mensais (em montante aproximado de R\$ 2 milhões). Entretanto, ao longo do resultado apurado nos meses subsequentes por balancetes de suspensão/redução não houve novos desembolsos necessário desses tributos que pudessem ser compensados. Aliado a esse fato a companhia teve retido valores relevantes de imposto de renda sobre aplicações financeiras acima de 1,8 milhões. Tais créditos serão utilizados quando necessários novos desembolsos.

4– Imobilizado

O quadro abaixo demonstra a composição do imobilizado da companhia em 31/12/2017, além do comparativo líquido do período anterior:

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Edificações e pavimentações	221.876.744	91.774.564	130.102.181	136.544.964
Equipamentos de Informática	1.196.052	979.720	216.332	275.223
Instalações	128.803.914	44.316.241	84.487.673	86.903.503
Móveis, máquinas e equipamentos	61.274.977	35.827.980	25.446.997	22.053.482
Terrenos	13.326.859	0	13.326.859	13.326.859
Veículos e Embarcações	788.387	340.470	447.917	572.917
Obras em andamento	9.931.532	0	9.931.532	6.583.541
Total Geral	437.198.465	173.238.975	263.959.490	266.260.488

Acerca da posição dos ativos no exercício de 2017, a companhia está em curso com a execução dos serviços de uma entidade contratada para avaliação geral dos bens, considerando estimativa de vida útil, taxas de depreciação, valor residual e outros aspectos, como parte das exigências do novo sistema de contabilidade regulatória da ANTAQ, de acordo com a Resolução nº 15/2016 e demais normativos, com data limite para entrega em 2018.

5 – Obrigações Tributárias, Consignações e Contribuições:

<u>Obrigações Tributárias:</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
IR Retido na Fonte	470.862	527.679
ISS Retido na Fonte	159.603	80.234
ISS sobre faturamento a pagar	22.202.846	18.425.801
INSS s/ serviços a recolher	200.470	150.945
PIS/COFINS/CSLL s/ serv. a recolher	388.183	294.496
TOTAL	23.421.964	19.479.155

<u>Contribuições e Consignações</u>		
Contribuições a recolher	2.896.557	2.551.494
Consignações a recolher	9.058	32.992
TOTAL	2.905.615	2.584.485

As consignações e contribuições referem-se aos saldos relacionados ao acumulado de diversas contas, tais como PIS/COFINS, INSS, Contribuições mensais ao Portus, FGTS, Sindicatos, consignações salariais, dentre outros.

6 - Contribuições A Previdência Complementar

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Contribuições especiais (a)	<u>0,00</u>	<u>23.539.770</u>
Total	<u>0,00</u>	<u>23.539.770</u>

O grupo refere-se ao saldo do acordo de integralização de possível insuficiência de Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, celebrada entre a Codeba e o Portus – Instituto de Seguridade Social no mês de dezembro de 2000. Em março de 2004 o Portus ajuizou contra a Codeba uma ação de cobrança do crédito oriundo do referido instrumento na 14ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ, solicitando o pagamento integral do saldo da dívida. Em 14 de setembro de 2005, foi celebrado um novo acordo para o pagamento desta Reserva. Considerando que o saldo relacionado está em processo judicial e que não há expectativa de liquidação da obrigação no curto prazo, o saldo em 2017 foi realocado para o grupo de provisões judiciais.

Conforme informações do atuário independente, os valores estimados em 2017 e 2016 do déficit atuarial do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, são respectivamente R\$ 73.043.886 e R\$ 82.212.500. Administração da CODEBA vem acompanhando a evolução do déficit atuarial juntamente com o corpo jurídico interno.

7 – Provisões e Depósitos Judiciais

<u>Provisões Judiciais</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Provisões Trabalhistas - Curto Prazo	374.833	204.001
Provisões Trabalhistas - Longo Prazo	3.736.823	5.145.553

Provisões Tributárias – Longo Prazo	3.381.747	5.170.220
Provisões Cíveis - Longo Prazo	(a) 31.597.707	3.330.029
TOTAL	39.091.110	13.849.803
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Depósitos Judiciais	3.521.099	3.975.958
Penhora	21.512.703	21.094.847
TOTAL	25.033.802	25.070.805

A Companhia reconhece suas provisões conforme os dispositivos da Resolução CFC 1.180/09 (CPC 25), no momento em que identifica que se torna provável uma saída de recursos pela sentença judicial, conforme critérios e análise do seu corpo jurídico interno. Para provisões de causas possíveis de perdas, o corpo jurídico da companhia estima os seguintes montantes: Trabalhistas: R\$ 2.519.786; Tributárias: R\$ 334.356; Cíveis: R\$ 4.075.831.

As declarações de rendimentos e demais encargos tributários e previdenciários, resultantes das operações da Companhia, estão sujeitos a lançamentos adicionais, após o exame por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

8 - Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 ao de 2016, em R\$ 277.553.624 dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ordinárias	21.277.791.876	21.277.791.876
Preferenciais	<u>20.172.157.609</u>	<u>20.172.157.609</u>
Total	<u>41.449.949.485</u>	<u>41.449.949.485</u>

9 - Receita Bruta

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Serviços de exploração e administração de portos:		
Marítima	48.097.542	44.529.340
Acostagem	5.300.884	5.120.322
Infraestrutura terrestre	55.460.649	52.354.087
Armazenagem	4.069.732	9.030.325

Equipamentos portuários	5.525.988	5.840.918
Diversos	<u>4.867.582</u>	<u>4.884.800</u>
	123.322.379	121.759.792
Aluguéis e arrendamentos:		
Arrendamentos áreas cobertas	4.941.487	3.451.825
Arrendamentos áreas descobertas	<u>14.054.679</u>	<u>13.336.716</u>
	18.996.167	16.788.541
Outras receitas operacionais	<u>0</u>	<u>0</u>
Total	<u>142.318.546</u>	<u>138.548.333</u>

10 - Custos dos Serviços

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pessoal e encargos	26.802.732	20.692.215
Depreciações	10.659.939	10.190.991
Custo com benefícios de pessoal	5.990.008	6.049.725
Custo com materiais	919.987	383.917
Custo com serviços de manutenção e reparos	20.924.300	14.057.835
Custo com serviços de terceiros	10.051.059	11.573.124
Outros	<u>2.398.213</u>	<u>1.284.042</u>
Total	<u>77.746.239</u>	<u>64.231.849</u>

11 - Despesas Gerais e Administrativas

	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal e encargos	23.182.448	26.791.989
Despesa com benefícios de pessoal	4.961.732	4.982.918
Despesa com materiais	667.092	628.213
Despesa com serviços de manutenção e reparos	4.943.640	2.590.300
Outros encargos	0	0
Despesa com serviços de terceiros	8.686.511	8.436.640
Despesas tributárias	355.586	(619.120)

Despesas não dedutíveis	223.565	36.691
Total	43.020.577	42.847.631

12 - Resultado Financeiro

Em 2017 a companhia incorreu no resultado um volume relevante de despesas financeiras, fruto principalmente dos encargos legais impostos pelo decreto 2.673/98 relacionados à atualização dos recursos transferidos pela União para fins de aumento de capital no final de 2016. Apenas essa rubrica representou o montante de R\$ 6.434.421 dos R\$ 7,5 milhões de despesas. Em contrapartida, houve o reconhecimento de receitas financeiras pelo resgate parcial dos saldos de aplicações financeiras geridos, o que resultou num resultado líquido de R\$ 2,2 milhões, conforme quadro abaixo.

Outros encargos e recebimentos financeiros se referem a juros sobre faturas, descontos concedidos e obtidos e multas.

	31.12.2017	31.12.2016
Encargos recebidos	768.442	1.342.070
Receita de Op. Financeira	9.081.682	10.006.953
Despesas Financeiras	(7.584.428)	(711.535)
TOTAL	2.265.696	10.637.488

13 - Arrendamento

Em 2 de setembro de 2010, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato 12/2000 com a empresa TECON, referente ao arrendamento e exploração de terminal de container, gerando adiantamento (*downpayment*) no valor de R\$ 25.000.000 a ser amortizado pelo prazo restante do contrato, 15 anos. A posição referente a 2017 segue no quadro a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Passivo Circulante	1.666.667	1.666.667
Passivo Não Circulante	11.250.000	12.916.666
Total	12.916.667	14.583.333

A CODEBA encerra o ano com uma retrospectiva de diversas ações concluídas e o encaminhamento estável e seguro em diversos empreendimentos em curso, com destaque para a finalização e aprovação do Programa de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, nos três portos, o que permitirá a definição das estratégias a ser adotadas pela empresa para arrendamento das áreas disponíveis, e as que estão desativadas ou em litígio que sejam do interesse dos usuários dos portos organizados.

Por fim, a participação dos seus colaboradores, dos parceiros privados e de toda comunidade portuária, foi e tem sido decisiva na superação de obstáculos e para o êxito na condução das políticas e estratégias definidas para a CODEBA na administração dos portos sob sua responsabilidade.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da CODEBA tem como base o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública. Trata-se de documento que reúne e organiza boas práticas de governança pública que, se bem observadas, podem incrementar o desempenho de órgãos e entidades públicas.

A estrutura de governança da CODEBA é constituída pela Assembleia Geral dos Acionistas, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Auditoria Interna, Comitê de Conformidade e Gestão de Riscos, Comitê de Integridade e Comitê de Elegibilidade, existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.

A Assembléia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto.

O Conselho de Administração é um órgão colegiado com funções deliberativas, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas, competindo-lhe entre outros atos fiscalizar as ações dos administradores da empresa e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

A Diretoria Executiva é composta por quatro Diretores, todos indicados pela esfera do Governo Federal: Diretor Presidente, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária, Diretor de Gestão Comercial e de Desenvolvimento, com funções estabelecidas no Estatuto Social, competindo-lhe dirigir a CODEBA, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD- é o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. O Comitê está em implementação na Companhia e seu Regimento Interno está aprovado pelo Conselho de Administração.

Comitê de Elegibilidade tem como função auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais.

Unidades Internas de Governança

A Auditoria Interna atua como orientadora dos atos administrativos, em conformidade com regulamentos e legislações. Dentre as suas atribuições está a de aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança

e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

O Comitê de Integridade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente. Possui dentre outras atribuições, a competência para receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da CODEBA.

O Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se vincula diretamente ao Diretor Presidente e possui, dentre outras atribuições, propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a empresa, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização.

Práticas de Governança Corporativa

a) No que diz respeito aos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração, a CODEBA realiza as seguintes práticas:

- divulga no site da empresa o nome e currículo dos Diretores e Conselheiros;
- possui programa de metas aprovadas pelo Conselho de Administração e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal e seus Diretores;
- disponibiliza os treinamentos específicos a serem realizados pelos administradores eleitos, em sua posse e anualmente;
- os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração responsabilizam-se pelo estabelecimento de diretrizes e políticas para a gestão e o alcance dos resultados; avaliam, direcionam e monitoram, ao menos anualmente, a gestão da organização com relação ao alcance das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo e responsabilizam-se pela avaliação e aprovação, até a última reunião ordinária do ano anterior, do plano de negócios para o ano seguinte.

b) Com relação ao Comitê de Elegibilidade, a CODEBA:

- tem esse comitê institucionalizado e em funcionamento; e
- assegura-se de que todas as indicações de membros estatutários tenham sido aprovadas por esse Comitê.

c) Com relação à Gestão de Riscos, a CODEBA:

- conta com um comitê institucionalizado e em funcionamento. Até que se crie a Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, as atribuições inerentes à essa área serão exercidas pelo Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, cuja atual composição foi instituída em 12/01/2018, através da Portaria DPR nº 016.

- conta com o Regulamento da Política de Conformidade e Gerenciamento de Riscos aprovado pelo Conselho de Administração em 17/04/2018.

d) Com relação ao Controle Interno a CODEBA:

- realiza atividade de conformidade legal, com processos formalmente definidos e equipe especializada;
- assegura-se de que todos os dados inseridos no módulo Perfil do SIEST (Balanço, DRE, DFC, DVA) e no módulo Endividamento foram devidamente validados pelo contador responsável pelas demonstrações financeiras.

e) Com relação à Ouvidoria:

- está formalmente instituída na estrutura organizacional e vinculada ao Conselho de Administração;
- possui processo formal de encaminhamento tempestivo das denúncias recebidas às áreas responsáveis.

f) Atividades de Correição

Em alinhamento às diretrizes da Controladoria Geral da União e do Comitê Técnico de Correição – CTC do Ministério Dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a CODEBA está iniciando o processo de estruturação de uma Corregedoria na Companhia.

A CODEBA tem participado das reuniões do CTC - Comitê Técnico de Correição Do Ministério Dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por meio de um representante de um Comitê de Ética da CODEBA. A designação contou com a aprovação do Presidente da Companhia.

O CTC foi criado com o objetivo de promover a integração e o aperfeiçoamento das instâncias de correição no âmbito do referido Ministério, bem como de todos os entes vinculados ao órgão.

O CTC tem produzido materiais que deverão ser utilizados em campanhas para divulgação de Políticas voltadas ao esclarecimento dos colaboradores das entidades ligadas ao MTPA, sobre as práticas de governança e correição, passando pela conduta ética e de integridade.

g) Com relação à Transparência

As ações, sejam elas obrigações legais ou proativas, referentes à transparência na Codeba são tomadas por iniciativa da alta administração através de nomeação por portaria específica (DPR Nº 174 de 09/09/2016) designando colaboradores da companhia para desempenhar as atividades relacionadas a Lei de Acesso a Informação - LAI na CODEBA e Gestor do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC. Dentre as práticas adotadas pela CODEBA estão:

- o acompanhamento periódico do atendimento a transparência ativa, como demandado pela LAI, onde é garantida a divulgação proativa de informações de contratos, licitações, lista nominal e salários dos funcionários, gastos em diárias e passagens, assim como todas os itens obrigatórios encontrados na lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

- o acompanhamento, tanto no atendimento a transparência ativa quanto passiva (e-Sic), através de indicadores próprios emitidos pelo sistema eSic e fornecidos trimestralmente pela SNP – MTPAC, dos prazos máximos e médios de atendimento.

- a elaboração, juntamente com a Ouvidoria, de Normativo Interno visando regimentar as obrigações internas e responsabilidades dentro da estrutura organizacional da Codeba, com o objetivo de alinhar obrigações e deveres da administração para atender plenamente todas as demandas da Lei 12.527/11, assim como às novas obrigações referentes a Transparência e Ouvidoria contidas nas leis 13.303/16 e 13.460/17 assim como nos demais decretos regulamentadores da transparência pública (decretos nº 7.724 de 16 de maio de 2012 e Nº 8.777 de 11 de maio de 2016), atendimento ao cidadão e simplificação além dos planos de dados abertos, ainda em implantação na companhia.

h) Governança de TI

A CODEBA possui Plano Diretor de TI (PDTI), com processos de elaboração e acompanhamento mapeados e implementados.

O Planejamento, a definição, a coordenação e o controle das atividades de TI são realizadas por funcionários de carreira, que detêm o conhecimento necessário para garantir a continuidade normal dos processos, projetos e sistemas, mesmo na eventualidade da troca de prestadores de serviço.

Os processos críticos de negócio e os gestores responsáveis pelos sistemas de informação que dão suporte a esses processos são devidamente identificados e mapeados.

O CPTI, Comitê de Planejamento de Tecnologia de Informação - TI, promoveu a atualização do PDTI vigente a qual a Diretoria Executiva aprovou em dezembro de 2017, com a adição de duas novas metas para atendimento até o final de 2018:

- atualização dos sistemas gerenciais da Companhia e
- aquisição de Microcomputadores.

A área de Tecnologia da Informação tem participado da modelagem de processos organizacionais dentro da empresa através de interações com a comissão responsável pelo PMGP e tem utilizado os modelos disponibilizados pelas secretarias dos órgãos fiscalizadores competentes (TCU, MP e SNP) como base para sua gestão de processos. Ainda não foi constituída comissão responsável por atender ao Plano de Ação para Melhoria da Governança e da gestão de TI, encaminhado à SNP a pedido do Conselho de Administração da Companhia seguindo modelo do TCU visando uma melhoria de 25% no indicador medido em 2018 em comparação com o último obtido em análise no ano de 2016.

No ano de 2017 a área de Tecnologia da Informação promoveu grande modernização no parque de servidores e *storage* com melhoria na solução de virtualização, possibilitando maior capacidade de expansão e redundância de segurança, assim como na melhoria no sistema de *backups* e *storage*. Especialmente na segurança, com os novos equipamentos de armazenamento de dados instalados podemos garantir proteção contra ataques de vírus do tipo criptografador, que em 2017 causou grandes transtornos na companhia a exemplo do resto do mundo, porém sem danos permanentes e prejuízos financeiros significativos.

Ainda se observa em toda a companhia grande debilidade no uso da TI, demonstrando a necessidade de reciclagem em seu uso cotidiano. Essa demanda, ainda não atendida, continua provocando grande sobrecarga na utilização do suporte ao usuário

Apesar de já contar com um quantitativo muito melhor que em anos anteriores, é parte componente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação a criação de uma estrutura organizacional especializada em TI, estratificada em suas modalidades mais genéricas: Suporte, Desenvolvimento, Infraestrutura e Planejamento. As limitações orçamentárias e legais para o aumento do quantitativo de funcionários da companhia são uma grande barreira na tentativa de realizar essa meta. Níveis mínimos encontrados nas demais Companhias Docas Brasileiras tendem a 5% do quantitativo de toda a companhia dedicado à gestão e operação de TI.

i) Com relação aos Projetos de Capital, a CODEBA:

- elabora estudos de viabilidade e privilegia os que apresentarem perspectiva de benefícios para a sociedade e/ou retorno econômico para a empresa;
- implementa processos e alçadas de aprovação para esses projetos;
- assegura-se de que foram mapeadas as questões de sustentabilidade ambiental, inclusive as licenças necessárias para a execução do projeto; e
- adota medidas corretivas durante a execução dos projetos, quando necessário, visando ao alcance das metas físicas e financeiras.

j) Quanto à política de dividendos, a CODEBA divulga:

- o processo e as instâncias responsáveis pela proposição da distribuição de dividendos;
- o parâmetro de referência a ser utilizado para definição de eventual dividendo adicional ou complementar (acima do mínimo obrigatório), bem como as circunstâncias e os fatores que podem afetar a distribuição: fluxo de caixa operacional superior às necessidades de financiamento, liquidez corrente compatível com o setor de atuação, limites operacionais satisfatórios, etc,
- a periodicidade dos pagamentos das parcelas dos dividendos.

k) Quanto à Gestão de Pessoas , a CODEBA:

- realiza periodicamente auditoria em folha de pagamento e em outros processos de gestão de pessoas;
- Tem indicadores de produtividade de seus empregados;
- realiza análises estatísticas da força de trabalho, como índice de rotatividade, horas extras per capita, etc.;
- utiliza a gestão de competências para realizar processos de gestão de pessoas;
- desenvolve processo formal e transparente para alocação dos candidatos em concurso público conforme o perfil desejado pelas áreas;
- realiza avaliação de desempenho dos empregados;
- possui indicadores e metas para avaliar o desempenho individual dos empregados;
- realiza estudo de viabilidade econômico-financeira para estabelecer o limite do reajuste salarial e de benefícios;
- tem ações estruturadas de acompanhamento do processo de negociação coletiva
- adota ações que visam a criação de novos conhecimentos;
- elabora plano anual de capacitação;
- patrocina, integral ou parcialmente, programas de pós graduação aos empregados;

- aplica periodicamente pesquisa de clima organizacional, utilizando os resultados para orientar a política de gestão de pessoas e demais áreas;

l) Quanto à Previdência e Assistência à Saúde, a CODEBA:

- faz acompanhamento da solvência, da liquidez e do equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de previdência complementar;
- monitora a situação das garantias econômico-financeiras exigidas pela ANS dos planos ofertados na modalidade autogestão por operadora.

m) Com relação às políticas públicas, a CODEBA:

- publica carta anual, subscrita pelos Conselheiros de Administração, contendo os compromissos de atendimento às políticas públicas e a definição dos recursos a serem empregados, além dos impactos econômicos-financeiros, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;
- monitora a execução da política pública regularmente e atua para garantir o alcance dos objetivos definidos.
- divulga anualmente o seu Relatório Integrado e de Gestão.

n) Com relação ao Planejamento Estratégico, a CODEBA:

- revisa o planejamento anualmente;
- alinha o planejamento estratégico com as orientações e as determinações dos órgãos supervisores, reguladores e coordenadores;
- utiliza a análise de pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças como base para a formulação de suas estratégias;
- avalia regularmente a execução do plano e toma ações para garantir o alcance dos objetivos;
- elabora, ao final do ciclo do plano, relatório de avaliação destacando as lições aprendidas e sucessos alcançados.

o) Com relação ao Planejamento Orçamentário, a CODEBA adota as seguintes práticas:

- o planejamento e a reprogramação desses orçamentos são feitos a partir do levantamento das necessidades de todas as áreas;
- é realizado o acompanhamento periódico da execução de seus orçamentos, com encaminhamento de relatórios à alta administração sobre a implementação;
- utilização de indicadores mensuráveis para acompanhamento da execução orçamentária;
- quando encontrado desvios na execução dos orçamentos, a área responsável pelo planejamento e gestão orçamentária atua junto à alta administração e às áreas envolvidas para justificar e/ou corrigir as divergências em relação ao planejado;
- possui sistemas de TI para a gestão dos orçamentos;

p) Implantação do PMGP:

A CODEBA está em fase inicial de implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP. Conta com um Comitê constituído formalmente que possui, dentre outras

atribuições, revisar o Termo de Referência e acompanhar o processo licitatório para contratação de consultoria para implantação e acompanhamento do PMGP.

Este projeto foi elaborado objetivando tornar os portos brasileiros elos dinâmicos da cadeia logística, minimizando tempos e custos para o acesso aquaviário e/ou terrestre de navios, cargas e passageiros, para que, dessa forma, fosse possível elevar a qualidade dos processos e a maturidade da gestão. O PMGP revisará a estrutura organizacional, regimentos internos, políticas, normas e rotinas, estabelecendo indicadores de desempenho estratégicos, táticos e operacionais.

O PMGP atuará nas seguintes ações de gestão interna das companhias docas:

Avaliação e revisão da Governança Corporativa; avaliação e revisão dos mecanismos de compliance e controles; implantação do Regime Simplificado de Contratação; plano de contas padrão; revisão dos planos de cargos e salários; revisão da estrutura organizacional; revisão do planejamento estratégico; sistema de avaliação de custos ABC; modelo tarifário; tecnologia de informação e Plano Diretor de TI; avaliação de desempenho e remuneração variável para dirigentes e gratificação anual para os empregados; gestão de performance e desempenho empresarial; gestão de projetos; gestão tributária; gestão de contratos; gestão de manutenção e gestão da operação.

O PMGP atuará nas seguintes ações relacionadas ao processo logístico portuário:

Operação de terminais; acessos terrestres, operação de carga e descarga, movimentação de carga; processo de previsão de carga; gestão de armazéns; remoção de carga; programação de estivadores; equipamentos para alocação da tripulação; rastreamento de carga/contêiner; ensacamento de carga; serviços navais de abastecimento; coleta de resíduos; inspeção e remoção de lodo; operação Marítima de atracação e desatracação de navios; controle de tráfego de navios; alocação de berços; serviços de praticagem; serviços de rebocadores; comunicação com navios; restrições à navegação; ancoragem com Ponto Único; operação de faróis; resposta de emergência; infraestrutura portuária de planejamento de equipamentos; manutenção; dragagem; gestão de inventário e compra de equipamentos; operação de entrega e retirada com programação de veículos, recebimento e despacho, rastreamento de veículos; integração com rodovias; ferrovias e hidrovias; requisição de vagões, manutenção de trilhos, anuência e regulamentação portuária com desembarço da carga, vistorias por órgãos anuentes/intervenientes, atuação dos órgãos anuentes, inspeção de navios, alfândega e imigração, declaração de tripulação, liberação de embarcações, conformidade com saúde, segurança e meio ambiente.

O Governo Federal busca a dinamização e atração de capital privado para o setor portuário, com o objetivo de aumentar a capacidade de movimentação de cargas e reduzir os gargalos logísticos e os custos dos usuários desses portos, com ênfase na modernização da infraestrutura portuária e na eficiência de sua gestão. As companhias docas apresentam diversos graus de maturidade com relação a gestão, tais como: dependência do Tesouro Federal para a realização de investimentos; passivos trabalhistas; subsídios cruzados entre origem e aplicação de recursos próprios; atraso tecnológico; gestão burocrática; baixa motivação do pessoal; distorções salariais; precariedade de controles; falta de autonomia na tomada de decisões; pouca transparência frente a sociedade; insuficiência de manutenção preventiva de sua infraestrutura; prejuízos contábeis ou baixas rentabilidades; e penhoras judiciais constantes por força de passivos não equacionados.

Fica premente às Companhias Docas tornarem-se empresas mais modernas e atualizadas, de modo a atuar com eficiência e em igualdade de condições com os principais players do setor portuário privado. O Projeto Modernização da Gestão Portuária – PMGP, por meio do conjunto de ações previstas, busca o equacionamento de problemas que se situam, inicialmente, não só no âmbito dos processos logísticos do porto, como também dos processos internos das companhias docas, como condição necessária para uma eficiente ação de gestão portuária e de sua relação com os demais intervenientes públicos e privados.

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros estatutários será fixada anualmente pela Assembléia Geral, nos termos da legislação vigente.

A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da CODEBA, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

A CODEBA possui o Programa de Remuneração Variável (RVA). Este programa é regido pelo art.152 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo art. 37, parágrafo 5º do Decreto nº 8945/16 e pelas orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais–SEST. O Programa tem por objetivo promover a implementação de estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos dirigentes ao respectivo desempenho.

Participam do programa todos os membros da Diretoria Executiva. O valor a ser pago a toda a Diretoria será limitado a 10% do lucro líquido ou três honorários, permanecendo o de menor valor.

O pagamento do RVA será diferido na forma abaixo e realizado sempre após a distribuição dos dividendos:

- 60% no ano seguinte ao cumprimento das metas;
- 20% no segundo ano após o cumprimento das metas;
- 10% no terceiro ano após o cumprimento das metas;
- 10% no quarto ano após o cumprimento das metas.

Os honorários mensais dos membros do conselho fiscal em um decimo da remuneração média mensal dos membros da diretoria executiva, excluído os valores relativos a adicionais de férias e benefícios. Os honorários mensais do comitê de auditoria em 20% da remuneração média mensal dos membros da diretoria executiva, excluído os valores relativos a adicionais de férias e benefício, o que equivale a um valor mensal de R\$4.999,61.

Em caso de redução do resultado líquido, igual ou superior a 20%, em exercício seguinte ao cumprimento das metas, todas as parcelas seguintes à redução serão revertidas na mesma proporção.

O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada , a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais para o período de abril/2018 a março/2019.

Anexo à Nota Técnica nº 4872/2018-MP

COMPANHIA DAS DOCS DA BAHIA - CODEBA						
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS						
REGIME DE CAIXA - PERÍODO DE ABRIL/2018 A MARÇO/2019						
ITENS	TIPO DE CARGO	QTDE DE CARGOS PARA CADA TIPO [a]	VALOR DE UM MÊS DO ITEM DE REMUNERAÇÃO [b]	Nº PAGAMENTOS DO ITEM DE REMUNERAÇÃO [c]	SUBTOTAL POR CARGO d=[a x b x c]	TOTAL GERAL POR TIPO DE CARGO e = [a x d]
Honorário Fixo (valor fixo)	Presidente	1	19.003,92	12	228.047,04	228.047,04
	Diretor	3	17.886,04	12	214.632,48	643.897,44
	Subtotalis	4				871.944,48
Honorário Variável Mensal (atrelado a metas)	Presidente	1	5.136,19	12	61.634,28	61.634,28
	Diretor	3	4.834,06	12	58.008,72	174.026,16
	Subtotalis	4				235.660,44
Gratificação Natalina (HF + HV)	Presidente	1	24.140,11	1	24.140,11	24.140,11
	Diretor	3	22.720,10	1	22.720,10	68.160,30
	Subtotalis	4				92.300,41
Gratificação de Férias 1/3* (HF+HV)	Presidente	1	8.046,70	1	8.046,70	8.046,70
	Diretor	3	7.573,37	1	7.573,37	22.720,10
	Subtotalis	4				30.766,80
Auxílio Alimentação (valor fixo)	Presidente	1	895,67	12	10.748,04	10.748,04
	Diretor	3	895,67	12	10.748,04	32.244,12
	Subtotalis	4				42.992,16
Auxílio Moradia (Dec. 3255/99)	Presidente	1	1.800,00	12	21.600,00	21.600,00
	Diretor	3	1.800,00	12	21.600,00	64.800,00
	Subtotalis	4				86.400,00
Plano de Saúde (valor fixo)	Presidente	1	1.111,71	12	13.340,57	13.340,57
	Diretor	3	1.111,71	12	13.340,57	40.021,72
	Subtotalis	4				53.362,30
Seguro de Vida (valor fixo)	Presidente	1	19,87	12	238,44	238,44
	Diretor	3	19,87	12	238,44	715,32
	Subtotalis	4				953,76
Quarentena (6h)	Presidente	1	19.003,92	6	114.023,52	114.023,52
	Diretor	3	17.886,04	6	107.316,24	321.948,72
	Subtotalis	4				435.972,24
Previdência Complementar (taxa específica)	Diretor	1	1.422,44	13	18.491,72	18.491,72
	Subtotalis	1				18.491,72
INSS 20% * (HF+HV)(N*1/12)+(F*1/12)	Presidente	1	5.364,47	12	64.373,63	64.373,63
	Diretor	3	5.048,91	12	60.586,93	181.760,80
	Subtotalis	4				246.134,43
FGTS 8% * (HF+HV)(N*1/12)+(F*1/12)	Presidente	1	2.145,79	12	25.749,45	25.749,45
	Diretor	3	2.019,56	12	24.234,77	72.704,32
	Subtotalis	4				98.453,77
I - TOTAL DA DIRETORIA						2.213.432,51
Honorário CA 10% (média H+N)	Conselheiro de Administração (membro titular)	7	2.499,80	12	29.997,63	209.983,43
INSS CA 20% * (H)	Conselheiro de Administração (membro titular)	7	499,96	12	5.999,53	41.996,69
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						251.980,12
III - TOTAL DOS ADMINISTRADORES (H+I)						2.465.412,63
Honorário CF 10% (média H+N)	Conselheiro Fiscal (membro titular)	4	2.499,80	12	29.997,63	119.990,33
INSS CF 20% * (H)	Conselheiro Fiscal (membro titular)	4	499,96	12	5.999,53	23.998,11
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL						143.988,44
Honorário Coaud (valor fixo)	Membro Coaud (membro titular)	3	4.999,61	12	59.995,27	179.985,80
INSS Coaud 20% * (H)	Conselheiro Fiscal (membro titular)	3	999,92	12	11.999,05	35.997,16
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA						179.985,80

Salvador, 18 de maio de 2018